



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - FAJS**

ADRIANA URBANO SAMARTINI COELHO

**AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A UNIÃO
EUROPÉIA: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS.**

**Brasília-DF
2008**

ADRIANA URBANO SAMARTINI COELHO

**AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A UNIÃO
EUROPÉIA: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Orientador: Professor Alaor Sílvio Cardoso.

**Brasília – DF
2008**

ADRIANA URBANO SAMARTINI COELHO

**AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A UNIÃO
EUROPÉIA: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS.**

Dissertação apresentada como
requisito parcial para a conclusão
do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília - UniCEUB.
Orientador: Professor Alaor Sílvio
Cardoso.

Brasília, outubro de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Alaor Sílvio Cardoso
Orientador

Prof. Carlito Zanetti
Examinador

Prof. Marcelo Valle
Examinador

AGRADECIMENTO

Dedico e agradeço esse trabalho primeiramente a Deus, aos meus pais que me proporcionaram as condições para que eu concluísse esse curso, sempre frisando a importância de uma graduação, e às minhas irmãs.

Agradeço também aos meus colegas de curso pelo apoio durante esse período, em especial à minha querida amiga Vanessa Baptista, pelo incentivo e suporte para conclusão deste trabalho.

E, finalmente, agradeço imensamente ao querido Professor Alaor, orientador do trabalho, que dispôs de muita paciência para me guiar, respeitando meu ponto de vista e oferecendo grande contribuição.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento
ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático
CECA – Comunidade Européia do Carvão e do Aço
CEE – Comunidade Económica Européia
CEEA – Comunidade Européia de Energia Atômica
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica
MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OMC – Organização Mundial do Comércio
PAC – Política Agrícola Comum
PCC – Política Comercial Comum
PESC – Política Externa e de Segurança Comum
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
SGP – Sistema Geral de Preferências
UE – União Européia

RESUMO

A presente pesquisa tem como foco a análise das Relações Comerciais Internacionais entre Brasil e União Européia, ressaltando a importância da atividade comercial, o volume de comércio entre ambos no período de 2003 a 2006, bem como os interesses e as vantagens trazidas por essa relação. O trabalho destaca o potencial brasileiro e o interesse da Europa nesse parceiro com quem vem aumentando suas relações e analisa os obstáculos que existem para uma maior aproximação, como o protecionismo europeu.

Palavras-chave: Relações Comerciais; Brasil; União Européia; Potencial Brasileiro; Protecionismo Europeu.

INTRODUÇÃO

A globalização é um fator que influencia e dinamiza ainda mais o campo das Relações Internacionais. Dentre as mudanças oriundas desse processo, pode-se destacar a maior interação entre o mundo, maior velocidade nas trocas de informações. E a principal tendência trazida por esse fenômeno, presente na economia mundial, é a globalização dos mercados, estimulando o fluxo de mercadorias e investimentos.

O ser humano percebeu que era difícil produzir tudo que precisava. Era mais fácil fazer dez coisas iguais do que sete diferentes. Assim, nasceu a divisão internacional do trabalho: um indivíduo produzia apenas um tipo de objeto em quantidade superior às suas necessidades e trocava o excedente. A divisão internacional do trabalho não só aumentou a produtividade como também permitiu a melhora da qualidade. Esses dois fatos proporcionaram maior oportunidade de troca¹.

Impulsionada pela globalização, a troca transcendeu as fronteiras, transformando o comércio internacional em necessidade, independentemente da distância geográfica dos países.

É de extrema importância que empresas e governos estejam preparados para esse novo momento, para que eles possam enfrentar os desafios que se apresentam cotidianamente dentro dessa realidade internacional.

Como define Samir Keedi², exportar é o ato de remeter a outro país mercadorias produzidas em seu próprio ou em terceiros países, que sejam de interesse do país importador, e que proporcionem, a ambos envolvidos, vantagens na sua comercialização ou troca. É a saída de mercadorias para o exterior.

As razões pelas quais os países decidem estabelecer uma relação comercial serão aprofundadas no primeiro capítulo dessa pesquisa, mas basicamente situam-se na busca de bens que não estão ou que não são disponíveis dentro do seu território e que o importador busca fora.

Essa monografia tem por base a análise comercial das relações entre Brasil e União Européia, tendo em vista o potencial brasileiro, diante de um dos

¹ MAIA, Jayme Mariz de. Economia Internacional e Comércio Exterior. 8ª ed. São Paulo: ATLAS, 2003. p. 24.

² KEEDI, Samir. ABC do Comércio Exterior. 2ª ed. São Paulo: ADUANEIRAS, 2005. p. 17.

principais e mais importantes importadores de produtos brasileiros. Ademais, trata-se do bloco de maior sucesso, de acordo com os resultados obtidos durante seus 50 anos.

O mundo está se transformando numa aldeia global. O surgimento dos grupos econômicos, incluindo o bloco que será abordado nessa pesquisa, é uma evidência da necessidade do Brasil buscar, cada vez mais, o seu lugar e sua inserção no mercado internacional.

O assunto é dinâmico e extremamente relevante. Portanto, é viável aprofundar nesse infinito do comércio, a chave que permite a criação de um elo entre nações tão distintas tanto geograficamente, quanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico.

O primeiro capítulo desse trabalho aborda a importância da atividade do comércio internacional principalmente para o Brasil, ressaltando as oportunidades que advém da atividade comercial para as empresas e países. É abordado ainda nesse capítulo o desempenho brasileiro na atividade exportadora e a evolução do comércio exterior do Brasil.

O segundo capítulo discute a formação, estrutura e destaque da União Européia, bem como sua importância e posição no mercado internacional.

O terceiro e último capítulo analisa as relações comerciais entre Brasil e União Européia, evolução e perspectivas, discorrendo sobre o volume de comércio no período de 2003 a 2006, principal grupo de produtos que o Brasil exporta e a questão do protecionismo que vem prejudicando o comércio brasileiro.

REFERENCIAL TEÓRICO

Por volta do século dezessete, a elite econômica da época fez as primeiras publicações de uma política de filosofia econômica que hoje é doutrina da economia internacional, o mercantilismo.

Em breves palavras, segundo Dominick Salvatore, os mercantilistas acreditavam que a maneira de uma nação tornar-se rica e poderosa era exportar mais do que importava. O superávit comercial daria ensejo à entrada de ouro, ou metais preciosos, principalmente ouro e prata. Quanto mais ouro e prata uma nação possuísse, mais rica e poderosa seria. Assim, o governo deveria fazer todo o possível para estimular as exportações, e desestimular, restringir as importações. Entretanto, não era possível mais de uma nação obter superávit simultaneamente. Ou seja, o comércio só traria benefícios para uma das partes, caso a outra apresentasse déficit. Em razão disso, os mercantilistas defendiam o nacionalismo econômico, bem como uma política rigorosa, de modo que toda atividade comercial fosse monitorada, o que pode ser considerado como forma de protecionismo.

Esses pontos de vista foram fundamentais para o surgimento das idéias coroadas por Adam Smith e David Ricardo, uma vez que eles acreditavam que o comércio internacional deveria ser analisado com base nos benefícios trazidos pela atividade comercial, contrapondo-se aos ideais mercantilistas.

Enquanto os mercantilistas defendiam uma política rigorosa no controle da atividade econômica e comercial, Smith e os demais economistas que o sucederam, acreditavam que a solução para que todos saíssem ganhando, seria o livre comércio associado a uma política com pouca ou quase nenhuma interferência, por parte do governo, no sistema econômico.

Adam Smith publicou em 1776 o livro Riqueza das Nações, onde ele afirmava que cada país pode produzir determinada mercadoria com custos menores que os outros. Consequentemente, esse país se beneficiará se exportar essa mercadoria e importar as outras. Isso proporcionará aos países vantagens recíprocas. Isto é, o benefício é desse país, que comprará produtos mais baratos, e também dos outros, que pagarão com produtos que lhes custarão menos.³

³ MAIA, Jayme Mariz de. Economia Internacional e Comércio Exterior. 8ªed. São Paulo: ATLAS, 2003. p. 347.

Essa teoria ficou recebeu o nome de Teoria das Vantagens Absolutas e foi criticada, porque parte do pressuposto de que cada país sempre tem um tipo de vantagem absoluta em algum produto. Essa foi a primeira de uma sucessão de teorias que vieram para tentar explicar as interações comerciais entre os países.

Tempos depois, David Ricardo elaborou a Teoria das Vantagens Comparativas, visando preencher a lacuna deixada pela teoria de Smith, e tornando-se uma das leis mais importantes da economia. A Teoria afirma que apesar de uma nação ter desvantagem absoluta em relação à outra, é possível haver comércio e, ainda, que as duas partes ganhem estabelecendo a relação comercial. O que representa que, mesmo se um país for ineficiente em relação a outro na produção de dois bens, poderá haver especialização e, conseqüentemente, comércio. E, segundo a teoria, isso só é possível se a nação ineficiente investir no produto em que apresenta menor desvantagem, enquanto a outra se especializará no bem no qual possui maior vantagem absoluta, ou seja, aquele em que ele gasta o menor número de horas na produção.

Ricardo e Adam Smith procuraram mostrar que a especialização da produção estimula o comércio internacional e beneficia o consumidor. Ambas as teorias foram aceitas durante muito tempo, entretanto precisavam ser reformuladas, porque não esclareciam os efeitos no comércio, passando a idéia de que comércio sempre traz benefícios aos seus participantes. Além disso, consideravam o trabalho (mão-de-obra) o único fator de produção, quando na verdade a produção é conseqüência de três fatores: natureza (matéria-prima), trabalho (mão-de-obra) e investimentos (*hards* e *softs*). Os *hards* são os equipamentos e os *softs* são os métodos de trabalho, tais como a racionalização, patentes, sistemas administrativos etc.⁴

Além disso, como resultado das mudanças tecnológicas, as vantagens comparativas podem modificar-se com o passar o tempo.

Com o objetivo de estudar a distribuição de renda entre os proprietários dos fatores produtivos, Eli Hecksher e Bertil Ohlin criam a Teoria de Proporção dos Fatores. Os economistas suecos procuraram explicar porque o custo comparativo-oportunidade é diferente de um país para outro. Cabe ressaltar que

⁴ MAIA. Op. Cit. p. 353.

as teorias modernas do comércio internacional apóiam-se exatamente nesse fator.

Esse modelo proposto pelos suecos, analisa o comércio internacional por meio da relação entre fatores. A produção é pautada pela relação entre: capital e trabalho. Sendo assim, cada país deve especializar-se e exportar o produto cuja produção exija maior participação de seu fator relativamente abundante e barato, passando a importar aquele produto cuja produção necessita de grande quantidade de seu fator escasso e por isso, mais caro. Logo, conforme a abundância ou escassez existem diferentes quantidades de produtos em cada país.

Segundo eles, as diferenças de custos de uma nação para outra são conseqüências de várias circunstâncias, tais como:

- a) Custos dos insumos. As matérias-primas não se encontram distribuídas de forma igual em todos os países do mundo. Ela será mais barata no país onde for mais abundante;
- b) A proporção dos fatores de produção (natureza, trabalho e capital) é diferente de uma mercadoria para outra. Exemplificando, a produção agrícola exige uma proporção maior de terras (natureza). A produção industrial exige uma proporção maior de capitais (equipamentos, maquinário etc.).
- c) Outro fator da produção, a mão-de-obra, praticamente não se move de um país para outro. Em outras palavras: é possível o trabalhador mudar-se de uma região para outra, dentro do mesmo país, mas é difícil deslocar-se para outro país devido às leis de imigração. Isso provoca diferenças salariais entre as nações, o que não existiria se houvesse mobilidade de locomoção;
- d) Muitas vezes, as empresas não transferem tecnologia (*capital soft*) do país de origem para outras nações nem mesmo equipamentos (*capital hard*), temerosas de confiscos. Portanto, existem dificuldades na transferência dos fatores de produção de um país para outro, mas existem menos dificuldades por meio da importação, em se transferir um produto de um país para outro. Exemplificando: é fácil importar milhares de automóveis japoneses (transferência de produto); entretanto, é difícil importar, do Japão, uma fábrica de automóveis (transferência de fator da produção) ⁵.

⁵ MAIA. Op. Cit. P. 362.

Assim, a imobilidade dos fatores e a mobilidade dos produtos estimulam o comércio internacional⁶.

Portanto, um dos motivos pelo qual países decidem formar alianças, como é o caso da União Européia, pode ser compreendido se analisado de acordo com a teoria de David Ricardo. Quando os países se unem, eles adquirem vantagens comparativas com essa união.

Já o modelo Hecksher-Ohlin ajuda a entender as razões determinantes para o estabelecimento de relações comerciais entre o Brasil e a União Européia, objeto de estudo dessa pesquisa.

⁶ Ibidem.

1. A importância do Comércio Exterior para o Brasil

1.1 O Comércio Exterior e sua importância

Antes de aprofundar o tema, é necessário ressaltar a diferença entre comércio internacional e comércio exterior.

Comércio internacional é definido como o conjunto de operações realizadas entre países diversos, amparando o intercâmbio de bens e serviços e/ou movimento de capitais.⁷

O comércio exterior, por sua vez, trata da relação comercial de um país específico com os demais.⁸ Essa atividade é vista cada vez mais como primordial e quanto mais se negocia, mais surge a necessidade de negociar, enviando ao semelhante aquilo que se pode produzir de melhor e obtendo dele o que não se tem competência. Visa atender às necessidades daquilo que uma nação não pode obter produzindo internamente.

A atividade comercial permite um aumento da renda dos países envolvidos e, conseqüentemente, aumenta-se o bem estar dos indivíduos, visto que a inter-relação entre as economias internacionais, gera uma complementaridade. Juntamente com a aproximação econômica, há uma ampliação do contato em outras áreas, tais quais: política, tecnológica e cultural, que podem determinar o volume de negócios entre os países. Além de estimular investimentos e desenvolvimento.

Para as empresas, com o advento da globalização, se por um lado elas ficaram mais expostas à concorrência, sendo obrigadas a se tornarem competitivas para garantir seu sucesso, pelo menos a sobrevivência, por outro lado, afloraram ainda mais as oportunidades que advêm do comércio internacional. Neste sentido, cabe destacar: ampliação de clientela, diversificação de fornecedores, ganhos de escala, desenvolvimento/ inovação e acesso a novas tecnologias/modernização, maior poder de competição, estabelecimento de marcas, benefícios fiscais, dentre outros fatores que possibilitam o melhor

⁷ MARINHO, Mônica Romero Monteiro & PIRES, Jovelino de Gomes. Comércio Exterior Teoria X Prática no Brasil. São Paulo: Aduaneiras, 2002. P. 16

⁸ MARINHO. Op. Cit. P. 17

aproveitamento da capacidade instalada, redução de custos, maior eficiência, maior competitividade e, como conseqüência, aumento dos lucros.⁹

Especificamente para as nações desenvolvidas, o comércio representa o meio de garantir o abastecimento, principalmente de bens de consumo, produtos intermediários e matérias-primas necessárias à sustentação de produção de bens e serviços de alto valor agregado e/ou de especial interesse para o país. Garantia de mercado, capaz de gerar escala e viabilizar pesquisas de novas tecnologias e fluxo de capitais e investimentos.¹⁰

Para as nações em desenvolvimento, comercializar é um importante instrumento de crescimento econômico, que procura assegurar a colocação de seus produtos em nível de preços remunerador, de modo a lhes garantir receita cambial capaz de atender suas necessidades de bens, capital, tecnologia e serviços diversos.¹¹

Como foi exposto anteriormente, a principal motivação para haver comércio é buscar fora o que não se tem competência para produzir. Samir Keedi definiu as exportações como a saída de mercadorias para o exterior, enquanto importar consiste no ato inverso, ou seja, adquirir mercadorias em outro país, portanto é a entrada de bens produzidos no exterior.

As razões que levam os países a importar ou exportar são as mais diversas. Recursos naturais representam uma importante fonte para realização do comércio. Se um país tem recursos abundantes, poderá exportá-los para países que não dispõem de tais recursos. Em contrapartida, esse país pode apresentar uma defasagem tecnológica e precisar importar bens de produção para obter e utilizar tal recurso. Logo, tanto abundância quanto falta de bens ou recursos naturais potencializam o intercâmbio comercial.

A disponibilidade de terras para agricultura e pecuária, como acontece no Brasil, também é considerada como uma razão para haver transações comerciais. O clima também influencia bastante, já que ele pode permitir ou impossibilitar o cultivo e produção de determinados produtos.

O capital e trabalho também são dois fatores de produção que podem ser decisivos para transações no comércio. Visto que eles influenciam na produção

⁹ MARINHO. Op. Cit. P. 17.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ MARINHO. Op. Cit. P. 16.

ou falta de bens e ainda na competitividade ou incompetência para tal, determinando então se um país importará ou exportará, de acordo com sua competência.

Samir Keedi aponta que muitas vezes pode ocorrer do fator trabalho ser abundante e sua adequabilidade não ser a desejada. Neste, caso, a mão-de-obra poderá não ter condições de viabilizar determinada produção, obrigando a sua importação. Sendo adequada, poderá possibilitar o desejo quanto à produção. E aliado à mão-de-obra, o estágio de desenvolvimento tecnológico em que se encontra determinado país, da mesma forma, poderá viabilizar a produção e o seu desenvolvimento. Como poderá obrigar a importação de produtos por falta de condições de ser produzida adequadamente.

Mas a realização do comércio exterior não se limita a motivações lógicas e, muitas vezes, ocorre independente disso. Seja por motivos comerciais ou interesse no produto estrangeiro.

Para José Lopes Vazquez, uma relação comercial pode revelar-se um imperativo da política econômica do governo. As necessidades de gerar divisas¹² para comprar produtos não produzidos no país e até formação de reservas para aquisição de mercadorias que, por motivos estratégicos, se deseja importar, são razões suficientes para orientar uma política econômica governamental.

Com tantas motivações apontadas, já está mais do que comprovada a necessidade e importância das relações comerciais entre países para que esses adequem suas economias em níveis compatíveis com o desenvolvimento internacional. Portanto, é praticamente impossível uma nação desenvolver-se de maneira sólida vivendo isolada.

¹² *Divisas são moedas estrangeiras.*

1.2 O Brasil exportador

A exportação é a atividade que proporciona a abertura do país para o mundo. É uma forma de se confrontar com os demais parceiros e, principalmente, assimilar técnicas e conceitos a que não teria acesso no mercado interno. Além disso, pode promover o nome do país, enquanto exportador, no mercado internacional, porque quanto mais for agregado o produto em termos de tecnologia nacional e mão-de-obra, mais conhecimento e emprego estarão gerando. Além de trazer mais prestígio para a marca ao consolidar-se no exterior, promovendo um aumento nos lucros, já que o empresário tem a oportunidade de aumentar o seu público alvo. E ao exportar, ele dilui os riscos que teria comercializando apenas dentro do seu país.

O efeito dessas vendas externas permite o crescimento econômico, melhor atendimento interno da população, mercado de trabalho e maior independência política à medida que o país venha a se colocar democraticamente em posição de igualdade e de respeito nas relações de trocas internacionais, sem o jugo do subdesenvolvimento.¹³ E o que é fundamental para o país enquanto exportador, é que essa atividade traz a oportunidade de produzir melhor, já que a competitividade internacional obriga as empresas a esmerarem-se na qualidade de seus produtos. Resumidamente, as exportações permitem o desenvolvimento da estrutura econômica, aprimoram a produção, levam a uma posição de país industrializado que, conseqüentemente, atrai investimentos estrangeiros e gera desenvolvimento.

O Brasil é um país com um enorme potencial no comércio internacional, com uma fonte invejável de recursos naturais que podem servir como grande fonte de vantagens comparativas. Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva, o Brasil é parte integrante do mundo globalizado, cada vez mais competitivo no comércio e por razões econômicas ganhará mais e mais espaço. Ele afirma ainda que o país é respeitado e levado a sério pela comunidade financeira. E o governo atual vem empreendendo bastante esforço para a abertura de novos mercados e redução de barreiras às exportações brasileiras, a fim de consolidar o país como uma potência exportadora cada vez mais. A administração brasileira tem sido

¹³ MARINHO. Op. Cit. P. 79.

marcada pela tentativa em diversificar ao máximo a lista de parceiros comerciais e políticos, sejam nações desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Outro fator marcante e em curso no Brasil é que o comércio exterior vem sendo incorporado às estratégias empresariais. A possibilidade de exportar não é mais tratada como opção e as exportações entraram no mapa empresarial brasileiro. As empresas estão organizando suas estruturas e investindo para ampliar o valor agregado da produção para a venda externa.¹⁴

Essa mudança de pensamento, bem como o espaço que o comércio exterior vem ganhando no debate público brasileiro nos últimos anos, despertou a atenção de diversos segmentos da sociedade. A mídia passou a ampliar a cobertura sobre as diversas iniciativas de negociações comerciais e imposição de barreiras contra produtos brasileiros. Cresceu o consenso sobre o papel essencial da expansão das exportações na trajetória de crescimento sustentado da economia brasileira.

Depois de um longo período de desempenho insatisfatório, o comércio vem apresentando um crescimento expressivo nos últimos tempos. Resultados esses proporcionados por investimentos domésticos em produtividade e melhores condições no mercado internacional, em especial para os preços de *commodities*¹⁵ com participação relevante na pauta de exportações brasileiras.

O Brasil hoje lidera nas exportações de soja, açúcar, café e suco de laranja. A agricultura apresenta grande participação no cenário internacional e a expansão do que ficou conhecido como agronegócio, tem sido destaque na economia brasileira. No início de sua inserção no mercado internacional, a produção concentrava-se na comercialização de um produto. Com o passar do tempo, o país passou a possuir maiores quantidades de produtos competitivos passíveis de comercialização, diversificando a pauta de exportação.

A cultura da soja é a principal responsável pelo crescimento da agricultura brasileira nos últimos tempos. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), são produzidas no país cerca de 50 milhões de toneladas anualmente. E outros setores que também apresentaram contribuição significativa foram: o café, couro, fumo, cereais, fibras e produtos têxteis, suco de fruta e fruta. Esse setor vem passando por um intenso processo de modernização no Brasil,

¹⁴ RIOS, Sandra. MARCONINI, Mário. (Organizador). P.58

¹⁵ Commodities são produtos primários.

investimento em pesquisa, logística e infra-estrutura e representa a área em que o Brasil está mais fortalecido e apto para captar divisas na comercialização do excedente.

Entretanto, as exportações brasileiras não são compostas apenas por produtos básicos. Envolve também produtos industrializados, manufaturados e semimanufaturados, incluindo aqueles que possuem alto grau tecnológico como, automóveis e aviões. É o que mostram as tabelas a seguir dos principais grupos de produtos brasileiros exportados em 2007, por fator agregado.

OS 10 PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS BÁSICOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA O MUNDO EM 2007.

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL (US\$ milhões)	PERCENTUAL
Óleos brutos de petróleo	1.246 (bilhão)	9,46
Minérios de ferro e seus concentrados	925	6,50
Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada	417	2,93
Café cru em grão	300	2,11
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	278	1,96
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	249	1,75
Soja mesmo triturada	193	1,36
Milho em grãos	177	1,24
Minérios de cobre e seus concentrados	158	1,11
Carne de suíno congelada, fresca ou refrigerada	149	1,05
Fumo em folhas e desperdícios	144	1,02

Fonte: MDIC

Tabela desenvolvida pela autora.

**OS 10 PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS BRASILEIROS
INDUSTRIALIZADOS (SEMIMANUFATURADOS)
EXPORTADOS PARA O MUNDO EM 2007.**

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL (US\$ milhões)	PERCENTUAL
Pastas químicas de madeira	307	2,16
Açúcar de cana, em bruto	230	1,62
Couro e peles, depilados, exceto em bruto	190	1,34
Produtos semimanufaturados de ferro ou aços	174	1,23
Ferro-ligas	165	1,16
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ex ferro gusa)	153	1,08
Alumínio em bruto	115	0,81
Ouro em formas semimanufaturadas, para uso não monetário	79	0,56
Madeira serrada ou fendida	76	0,54
Óleo de soja em bruto	63	0,45

Fonte: MDIC

Tabela desenvolvida pela autora.

**OS 10 PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS BRASILEIROS
INDUSTRIALIZADOS (MANUFATURADOS)
EXPORTADOS PARA O MUNDO EM 2007.**

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL (US\$ milhões)	PERCENTUAL %
Aviões	653	4,59
Automóveis de passageiros	359	2,52
Partes e peças para veículos, automóveis e tratores	264	1,86
Motores para veículos, automóveis e suas partes	217	1,53
Aparelhos transmissores, receptores e componentes	208	1,47
Produtos laminados, planos de ferro ou aço	185	1,31
Veículos de carga	174	1,23
Motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes	172	1,21
Calçados, suas partes e componentes	164	1,19
Máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração	163	1,15

Fonte: MDIC

Tabela desenvolvida pela autora.

O Brasil é, portanto, um país bastante competitivo, tanto que países desenvolvidos ainda resistem em eliminar algumas barreiras aos produtos brasileiros, como uma saída para preservar seus mercados internos. Outro entrave no tocante às relações com nações desenvolvidas é a dificuldade que o país vem apresentando em estabelecer acordos comerciais, principalmente com Estados Unidos e Europa. E não há como negar que tais acordos passaram a ser vistos como instrumento de política externa.

Uma consequência trazida para o Brasil estando fora dos acordos é a tendência ao desvio de comércio¹⁶ contra produtos brasileiros, tanto no mercado americano ou europeu, quanto nos mercados dos demais parceiros nesses acordos. Como alternativa, o governo vem buscando uma maior aproximação com países emergentes de grande porte, como Índia, China e África do Sul, mas

¹⁶ Desvio do comércio é

também tem desenvolvido uma série de iniciativas em direção a países menos desenvolvidos da África, Ásia e Oriente Médio. Muitas das iniciativas para os países em desenvolvimento não envolvem apenas ações de promoção comercial, e sim negociações de acordos comerciais.

Já as negociações com países sul-americanos, em particular da comunidade andina, têm se mostrado complexas e gerando compromisso pouco relevante para os interesses das exportações brasileiras. Esses países têm estruturas produtivas que competem com as brasileiras em muitos setores e eles têm receio que haja uma dificuldade de competitividade para produtos locais.

Não bastasse a dificuldade para a realização de acordos com seus dois maiores importadores, o Brasil tem visto diminuir seu intercâmbio de produtos com os Estados Unidos. Nos últimos cinco anos, as exportações para aquele país caíram de 25% para 20%, enquanto sua participação nas importações americanas foi de 1,2% para menos de 1% no mesmo período, de acordo com Silva.¹⁷

1.3 A evolução do comércio exterior brasileiro

O Brasil, desde os primórdios, estava inserido no comércio internacional. E os brasileiros se habituaram, ao longo das últimas décadas, a encarar as outras economias do mundo como uma ameaça. Era comum ouvir opiniões que rotulavam as empresas nacionais como poços de ineficiência e seus produtos, como inferiores a qualquer artigo fabricado em outros lugares do mundo. E os críticos viam o mercado brasileiro como uma presa fácil para o primeiro estrangeiro que pretendesse aportar no país com suas mercadorias. De acordo com esse raciocínio, a economia nacional, despreparada e desatualizada, ruiria diante do menor sopro da concorrência, sobretudo se os competidores tivessem sede em algum dos países mais desenvolvidos do mundo.

Não há como duvidar da capacidade de competição de uma economia que, entre 2004 e 2007, praticamente duplicou suas vendas externas. Êxito esse obtido por meio do esforço conjunto de milhares de empresas brasileiras, dos mais diferentes setores de atividade e de condições cambiais favoráveis.

¹⁷ LINS, Carlos Eduardo. A política externa Brasileira em perspectiva: segurança, comércio e relações bilaterais. São Paulo: ADUANEIRAS, 2006. P. 20.

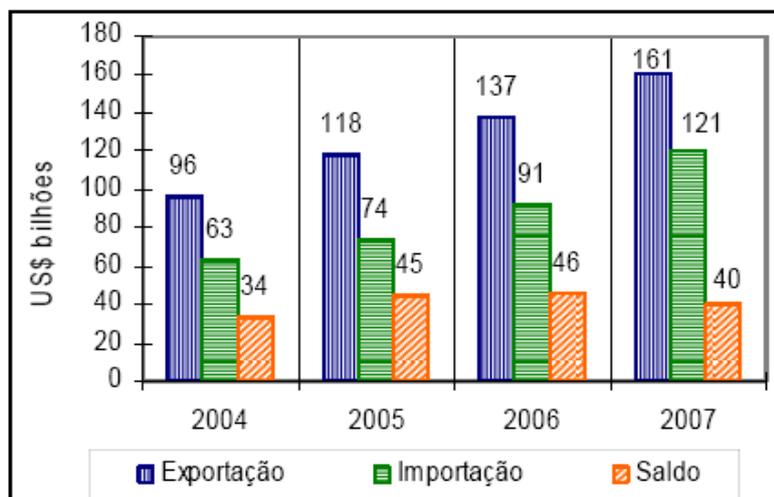
No ano de 2007, segundo dados do MDIC, o comércio exterior brasileiro foi superavitário em US\$ 40 bilhões, como resultado do total de importações e exportações de, respectivamente, US\$ 121 bilhões e US\$161 bilhões. Enquanto os valores das vendas e compras externas atingiram recordes históricos, o saldo, apesar de elevado, retraiu-se 13% em relação a 2006.

Essa retração no ano de 2007 é decorrente do maior dinamismo das compras externas em relação às vendas externas. Enquanto em 2006 as importações cresceram 24% e as exportações 16%, em 2007 essas últimas mantiveram praticamente o mesmo percentual de expansão, enquanto as compras externas aumentaram 32%, como mostram os gráficos 1 e 2.

Desde 2004, analisando pelo gráfico, com dados do MDIC, o crescimento do valor das exportações é visivelmente maior em relação ao crescimento do valor das importações. E o valor do saldo da balança comercial oscila pouco, se comparado às importações e exportações.

BRASIL

Gráfico 1 – Valor das Exportações, Importações e do Saldo Comercial

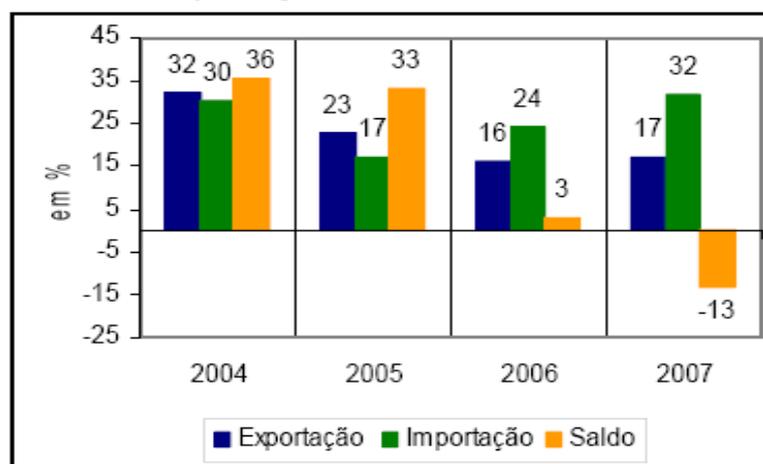


Fonte: MDIC. Alice Web.

A forte expansão das importações, que pode ser visualizada no gráfico 2, está associada ao crescimento econômico brasileiro vivido em 2007 como também a apreciação cambial, que torna os produtos importados mais baratos em

relação aos produzidos internamente. E crescimento econômico ancorou-se na expansão da demanda privada (consumo das famílias e investimento), que resultou no aumento generalizado das importações.

Gráfico 2 – Taxa de Crescimento das Exportações, Importações e do Saldo Comercial



Fonte: MDIC. Alice Web.

O aumento de 17% das exportações entre 2006 e 2007, foi propiciado pela evolução favorável do comércio mundial em termos de quantidades e, sobretudo, de preços.

As exportações brasileiras, atualmente, são muito mais diversificadas. E os produtos vendidos ao exterior são fabricados por empresas modernas, que atuam em ramos de atividade impensáveis para a maioria dos brasileiros. Muitos imaginam que a pauta brasileira é dominada pelas exportações de soja, suco de laranja, carne *in natura* e minério de ferro. É óbvio que esses setores, como já foi dito anteriormente, são aqueles em que o país está mais preparado e a contribuição nas vendas internacionais é absolutamente expressiva. Porém, é crescente o peso das exportações de produtos fabricados por empresas modernas que atuam em ramos de atividade inovadores. E segundo o MDIC, cerca de 70% da pauta brasileira de exportações é de artigos acabados ou semi-acabados.

Vários setores que não faziam parte da pauta tradicional de exportações estão eclodindo e a cada dia assumem uma importância crucial para o Brasil.

Indústrias como a aeronáutica, de tecnologia da informação, máquinas e ferramentas e atividades como a produção de material genético para a pecuária de ponta, passando pela produção de música, filmes e publicidade até serviços médico-hospitalares, merecem atenção por uma série de fatores. O principal deles é a capacidade que esses setores têm de agregar valor, difundir conhecimento e colocar o Brasil em um patamar superior ao que ocupa hoje entre os países exportadores.

O volume de exportações obtido por esses setores de ponta ainda não é tão vultuoso quanto o da EMBRAER, empresa que disputa o terceiro lugar entre os maiores fabricantes de aviões do mundo e registrou quase US\$ 44 milhões em vendas ao exterior no ano de 2007, segundo a SECEX.

Outro setor sofisticado que agrega bastante valor ao produto e que o país também se faz presente é o de equipamentos médico-odontológicos. Um hospital de primeira linha em qualquer lugar do mundo pode ser equipado em mais de 90% por uma indústria vigorosa instalada no Brasil, que produz desde bisturis eletrônicos, incubadoras para recém-nascidos, camas, macas hospitalares até o que há de mais moderno em cadeiras e acessórios odontológicos, segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento - APEX.

São apenas alguns exemplos que não só a agricultura leva o nome do Brasil em matéria de exportações, como ainda acredita a opinião pública. E esses resultados são mais que suficientes para convencer aos que duvidavam do potencial das empresas nacionais e do Brasil como exportador de artigos industrializados.

Para ter atuação global e reduzir sua dependência comercial em relação aos mercados tradicionais, o Brasil procurou estar presente em diversos mercados que antes não faziam parte de nossas prioridades comerciais. Mas para chegar ao patamar que o país atingiu hoje, não foi só a busca por novos parceiros que impulsionou o crescimento das vendas internacionais. Existe um esforço conjunto dos diversos órgãos responsáveis por promover as exportações brasileiras¹⁸, que visa fortalecer uma nova imagem das empresas e dos produtos brasileiros frente a um mercado internacional, procurando fugir dos velhos estereótipos. De acordo com a nova visão, o Brasil é um país capaz de produzir

¹⁸ Como por exemplo o MDIC, APEX – Brasil, SECEX, dentre outros.

mercadorias com conteúdo tecnológico próprio, com qualidade compatível com as exigências internacionais e com preços competitivos. .E objetivo fundamental é aumentar a participação de produtos de alto valor agregado na pauta das exportações brasileiras, para que não só os produtos ganhem o mercado internacional, mas também para que o país se fortaleça, consolide sua imagem e potencial infinito no mundo.

É certo que ainda há um longo caminho para o Brasil percorrer, mas o país está caminhando aos poucos e vive bons momentos nas vendas internacionais de produtos industrializados também.

2. A União Européia.

2.1 Formação e estrutura

O sonho de Jean Monnet de uma Europa unida começou a tomar forma com o Plano Schuman. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele foi enfático ao afirmar que os países da Europa eram muito pequenos para garantir aos seus povos a prosperidade e o desenvolvimento social necessários. E que para isso deveriam formar uma federação.¹⁹

Cinco anos após o fim da guerra, o Ministro francês Robert Schuman, lançava seu plano para prevenir uma nova guerra, que consistia em uma única autoridade controlar a produção de carvão e aço na Alemanha e na França. Estava formada a precursora da Comunidade Econômica Européia, que dera início à integração econômica do continente em seis países: Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo.²⁰

A União Européia, nascida com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, em 1º de novembro de 1993, é o resultado de décadas de evolução no caminho da integração européia.²¹

Os mais importantes objetivos do Tratado são, em primeiro lugar, a união econômica e monetária; a seguir, busca-se a definição e a execução de uma política externa e de segurança comuns; a cooperação em assuntos jurídicos; e a criação de uma “cidadania européia”.²²

A União Européia transformou-se nos últimos anos em um dos pilares do comércio internacional. Com uma economia invejável, no cenário internacional desempenha o papel de maior parceiro econômico do comércio e vem atraindo a atenção do mundo acadêmico, empresarial e político. Foi em 1957, com objetivo de formar uma união aduaneira e também de construir um mercado comum, com a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais.

¹⁹ JOBIM, Nelson Franco. Disponível em: <http://nelsonfrancojobim.blogspot.com/2007/04/unio-politica-desafio-da-europa-aos-50.html>. Acesso em 28/09/2008.

²⁰ Ibidem.

²¹ Como exportar para UE. Disponível em: <http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXUniaoEuropeia.pdf>. Acesso em 28/09/2008.

²² Ibidem.

Representa o exemplo mais bem sucedido de um bloco econômico devido aos resultados obtidos durante os seus 50 anos. Engloba atualmente 27 países-membros, 500 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto em torno de US\$ 10 trilhões.²³

É o principal ator do comércio internacional. Em termos globais, exporta cerca de 20% do comércio mundial.²⁴

O fenômeno da União Européia é fruto da firme vontade política de seus cidadãos de substituir séculos de guerra por meio século de paz e prosperidade, invejáveis em nível mundial.

Da maneira como está estruturada hoje, de acordo com a Comissão Européia no Brasil²⁵, a União Européia é composta por três pilares. O primeiro inclui a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), a Comunidade Européia de Energia Atômica (CEEa) e a Comunidade Européia, até 1993 denominada Comunidade Econômica Européia. Essas duas últimas criadas pelo Tratado de Roma.

O segundo e o terceiro pilares são relativos à Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e aos Assuntos Judiciários e de Política Interna. No que diz respeito à União Econômica Monetária, trata-se de um mecanismo que situa-se no primeiro pilar. Assim, os estados-membros participam do processo de convergência das políticas econômicas e monetárias.²⁶

Além da integração econômica, houve a integração monetária, com adoção da moeda única, o euro, que marca a terceira fase da União Monetária Européia, mas dentre os membros, apenas doze países adotaram o euro como moeda comum.

Os interesses comerciais da UE são representados internacionalmente em um espaço econômico comum bastante desenvolvido, a Comissão Européia. Essa representação é exclusiva em determinadas áreas (comércio de bens) ou compartilhadas em outras (serviços e propriedade intelectual). Desse modo, a

²³ Europa. Disponível em: http://ec.europa.eu/trade/index_en.htm. Acesso em 28/09/2008.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Delegação da Comissão Européia no Brasil. Disponível em: <http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/index.asp>. Acesso em: 02/10/2008.

²⁶ Ibidem.

Comissão tornou-se a voz dos 27 membros no cenário econômico-comercial e passou a representá-los na Organização Mundial do Comércio.²⁷

A integração econômica está baseada em dois pilares: políticas comunitárias e mercado interno. As políticas comunitárias estabelecem regras básicas. Algumas políticas foram estabelecidas no Tratado de Roma: A Política Agrícola Comum (PAC), a Política Comercial Comum (PCC), com estabelecimento da Tarifa Aduaneira Comum entre as UE e demais países. E a Política da Concorrência para impedir distorção das regras do mercado. Dessa forma, são as políticas que passam a regular o comportamento dos agentes econômicos do bloco.²⁸ As relações comerciais da UE com seus parceiros são caracterizadas pela existência de uma hierarquia de preferências determinada pelo tratamento diferenciado dado a cada país.

Segundo a Delegação da Comissão Europeia no Brasil, desde sua introdução, a Política Agrícola Comum tem sido constantemente ajustada às realidades e desafios enfrentados pela agricultura europeia. A reforma da política agrícola, iniciada em 1992 e complementada em 1999, por meio da Agenda 2000, promoveu a evolução de seus instrumentos de regulação para mecanismos mais eficazes e menos onerosos de financiamento e preservação dos objetivos econômicos sociais vinculados à atividade agrícola.

Não obstante, a PAC foi vítima do seu próprio êxito. A produção cresceu muito mais rapidamente do que o consumo, gerando pesados encargos para o orçamento da UE. Para resolver este problema, a política agrícola teve de ser redefinida. A reforma daí decorrente começa agora a dar os seus frutos: a produção passou a estar controlada. Os agricultores são incentivados a praticar uma agricultura sustentável, que proteja o ambiente, preserve o meio rural e contribua para melhorar a qualidade e a segurança dos alimentos.²⁹

Graças ao êxito obtido na condução dos ajustes na Política Agrícola Comum e à expansão dos negócios com os principais parceiros, a UE participa ativamente dos esforços destinados a promover a liberalização do comércio agrícola mundial.

²⁷ Ibidem .

²⁸ Ibidem.

²⁹ Europa. Disponível em: http://europa.eu.abc/index_pt.htm. Acesso em 02/10/2008.

Já o mercado interno foi instituído pelo Ato Único Europeu, como uma forma de acelerar o processo de integração econômica e a instalação do mercado comum previsto desde o início, mas que vinha sofrendo inúmeros entraves.

O mercado interno é uma das maiores realizações da União Européia. As restrições ao comércio e à livre concorrência foram sendo eliminadas gradualmente entre os Estados-Membros, o que teve como consequência a melhoria dos níveis de vida. Mas o mercado interno ainda não se tornou um espaço econômico único. Alguns setores de atividade (serviços públicos) continuam a estar sujeitos às leis nacionais. E cada um dos Estados-Membros da UE continua a ser soberano no que diz respeito à fiscalidade e à segurança social.³⁰

O mercado interno é apoiado por uma série de políticas relacionadas, instauradas pela UE ao longo dos anos, que ajudam a garantir que a sua liberalização beneficie o maior número possível de empresas e consumidores.³¹

A política comercial da União Européia está estreitamente ligada à política de desenvolvimento. No âmbito do seu Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), a União concede a possibilidade de acesso com isenção de direitos aduaneiros ao seu mercado ou de acesso preferencial com taxa reduzida à maior parte das importações provenientes dos países em desenvolvimento e das economias em transição.³²

Ademais, a UE apóia o sistema da Organização Mundial do Comércio (OMC), baseado em regras, que garante uma relativa segurança jurídica e transparência na condução do comércio internacional. A OMC estabelece condições ao abrigo das quais os seus membros podem se defender contra práticas desleais, tais como o dumping (vendas a preços inferiores ao custo de produção), utilizadas pelos exportadores para competir com os seus rivais. Além disso, prevê um procedimento de resolução de litígios que possam surgir entre dois ou mais parceiros comerciais.³³

³⁰ A UE em revista. Disponível em: http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_6/index_pt.htm. Acesso em 02/10/2008.

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

³³ Ibidem.

Para permitir que tudo ocorresse durante esses 50 anos, os países da UE criaram instituições que asseguram o funcionamento da União e adotam legislação. As principais instituições são:

- O Parlamento Europeu (que representa os cidadãos europeus);
- O Conselho da União Europeia (que representa os governos nacionais);
- A Comissão Europeia (que representa o interesse comum da UE).³⁴

Com relação à produção, apesar de produzirem bastante internamente, os países da União Europeia importam praticamente tudo, pois são desprovidos de grandes reservas de matéria-prima.³⁵

A importação na Europa é livre, embora apresente sua burocracia. A vantagem é que, para exportar, o procedimento é o mesmo para todos os países do bloco. E ainda, as empresas na Europa são de grande porte ou pertencem a uma associação responsável pela importação de produtos para as empresas associadas. Portanto é comum haver a necessidade de os importadores adquirirem um volume grande em compras.³⁶

Uma característica fundamental da integração europeia foi a tentativa de combinar a liberalização de mercados e a eliminação de barreiras nacionais em geral com a implantação de regras e instituições comuns.³⁷

Apesar da interdependência não ser um fenômeno unicamente europeu, ela vem cada vez mais caracterizando as relações internacionais nas últimas décadas e tornou-se ainda mais acelerada recentemente na era da globalização. Entretanto, em vários casos a interdependência na Europa é significativamente diferente do que se encontra em nível global pelo menos em dois aspectos

³⁴ Europa. Disponível em: http://europa.eu/abc/index_pt.htm. Acesso em 02/10/2008.

³⁵ Como exportar para UE. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n6/amb_econ_comoexportar.pdf. Acesso em 02/10/2008.

³⁶ Ibidem.

³⁷ União Europeia, 50 anos. Disponível em: <http://www.funcex.com.br/material/rbce/91-UEELTS.pdf>. Acesso em 05/10/2008.

principais: a intensidade e a governança, que geralmente se reforçam mutuamente.³⁸

A concentração regional do intercâmbio econômico é bastante acentuada na Europa e está intimamente ligada a um sistema de normas e regulamentos que governa esse intercâmbio. Isso se aplica a quase todos os aspectos do comércio.³⁹

A integração regional serviu de instrumento de desenvolvimento econômico e catalisador para a modernização. As políticas e instituições europeias comuns também serviram de meio para levar o poder e influência, coletivos, para as relações internacionais. Isso certamente pode ser dito em relação ao comércio. Os europeus aprenderam a partir da experiência própria que a ação conjunta era a maneira de se obter um verdadeiro impacto nas negociações multilaterais.⁴⁰

O inegável êxito do projeto de Schuman e Monnet pode ser creditado a dois elementos principais: adoção de uma abordagem gradual de integração (o setor do carvão e do aço foi escolhido para dar início a um processo evolutivo que conduziria, sucessivamente, à formação de uma zona de livre comércio, de uma união aduaneira de um mercado comum) e a criação de entidades supranacionais (pela primeira vez na história, Estados abdicavam espontaneamente de parcela significativa de sua soberania em favor de uma instituição comunitária, que defenderia o interesse do todo em detrimento dos interesses das partes).⁴¹

Essa breve abordagem sobre o bloco, nos faz concluir que realmente o modelo de sucesso observado pelo mundo inteiro é um ator fundamental e que movimentará trilhões no mercado internacional.

Os progressos registrados no domínio econômico como a criação de um grande mercado sem fronteiras, a moeda única, o desenvolvimento das relações comerciais com inúmeras regiões do mundo, nos fazem perceber que já se alcançou uma integração econômica bastante avançada. A adoção do euro representa um grau muito grande de coordenação, já que supõe uma unificação das políticas monetárias das economias que adotaram a moeda única. A política

³⁸ Idibem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ PESTANA, Augusto Souto. A importância da União Europeia para a política mundial. JUNIOR, Alberto do Amaral & RATTON, Michelle. (Orgs). P.126.

monetária dos países que adotaram o euro passou a ser responsabilidade do Banco Central Europeu. Isso representa uma cessão de soberania de Estados a uma organização internacional inédita até então.

Ao avaliar os cinquenta anos da União Européia, deve-se, então considerar não apenas os problemas e desafios de coesão que ela enfrenta, por incluir membros tão heterogêneos. É preciso reconhecer a importância dessa iniciativa pioneira, e levar em conta que muito foi alcançado, principalmente na integração econômica, estabelecendo uma moeda forte, que compete com o dólar em importância nas transações econômicas internacionais.

2.2 O comércio exterior da União Européia.

Principal ator e parceiro comercial do mundo, desde o seu início a União Européia esteve empenhada em eliminar as barreiras comerciais aos seus membros, convicta de que esse processo estimula a prosperidade econômica e o bem-estar coletivo. E no cenário internacional, defende os mesmos princípios.

O bloco defende que todos os países negociem livremente, com igualdade, e que o sistema seja transparente. Sua estratégia consiste em abrir o próprio mercado e conseguir que os demais o façam. Buscando eliminar gradualmente os obstáculos ao comércio, solucionando litígios de maneira pacífica e definindo um conjunto de normas internacionalmente aceitas.

Na qualidade de maior potência comercial, a UE tem interesse em criar condições para a expansão das trocas comerciais e assume um papel destaque nas negociações comerciais internacionais, buscando um modelo de comércio justo além do controle do processo de globalização, por meio da OMC.

A UE procura assegurar que seus parceiros comerciais em desenvolvimento participem do sistema, ajudando-os, sobretudo os mais pobres, para os quais os benefícios da globalização são ainda imperceptíveis. Neste sentido tenta incentivar países da África, Ásia, América Latina e outras regiões do mundo a aprofundarem as relações entre si. A experiência européia em matéria de integração foi positiva e o bloco está convicto de que a integração noutras regiões do mundo colocará os seus parceiros comerciais numa posição coletiva para beneficiarem-se da globalização.

Um foco significativo da política comercial da UE são os Estados Unidos, com os quais trava negociações em numerosos domínios e tem freqüentes desacordos. E ambos adotam com freqüência sanções sob a forma de tarifas de importação em produtos específicos. Nos últimos anos, ambos os lados têm levado algumas divergências para resolução de conflitos na OMC. Na rodada de Doha, os subsídios foram motivos de sérios desentendimentos entre eles.⁴² E os fracassos dessa rodada de negociação que não evolui podem ser explicados conforme às partes. A União Européia é acusada de resistir na redução do teto dos subsídios agrícolas, os Estados Unidos de resistirem a aceitar o mecanismo de compensação para desvios do corte para produtos sensíveis vias quotas tarifárias, a Índia apresenta uma postura defensiva em relação à agricultura que afeta diretamente ao Brasil, que por sua vez, não reagiu.

A UE tem procurado desenvolver a política comercial com várias regiões do mundo. E se relaciona com outros blocos regionais como o MERCOSUL e ASEAN, na tentativa de conseguir fechar acordos de livre comércio.⁴³

No ano de 2007, os maiores parceiros comerciais da UE foram os países do NAFTA (Canadá, México e Estados Unidos) e em segundo lugar aparecem os países da América Latina tanto para as exportações, quanto para importações. Nesse mesmo ano, a União Européia atingiu um total de 1.426.008 milhões de euros em vendas internacionais para o mundo. O Brasil absorve um percentual de 2,3% das exportações da Europa. E a China é o maior destino de produtos europeus com 16,2% do total. Dos maiores parceiros comerciais, os Estados Unidos lideram o ranking, seguidos pela China. Já o Brasil nessa lista aparece na décima posição, atrás de países como Japão, Turquia e Coréia. Porém, encontra-se a frente de grandes potências como o Canadá, conforme nos mostram as tabelas a seguir.

De 2004 a 2007, as importações da Europa para resto do mundo aumentaram de um valor menor que US\$ 1.000.000 para mais de US\$1.400.000. Enquanto as exportações cresceram de pouco mais de US\$800.000 para US\$ 1.200.000. É, portanto, um parceiro comercial que compra mais do que vende. E do total exportado, a maior quantidade é de produtos primários, como agrícola e

⁴² Eu Journalists. Disponível em: <http://www.eu4journalists.eu/index.php/dossiers/portuguese/C42/68/>. Acesso em: 05/10/2008.

⁴³ Ibidem.

dentre os manufacturados o campeão de vendas é maquinário. É o que nos mostram as tabelas a seguir.

OS MAIORES PARCEIROS COMERCIAIS DA UNIÃO EUROPÉIA EM 2007

IMPORTADORES (MILHÕES)			EXPORTADORES (MILHÕES)			PARCEIROS (MILHÕES)		
World	1.426.008	100,0	World	1.239.919	100,0	World	2.665.926	100,0
1 China	231.516	16,2	1 USA	261.463	21,1	1 USA	442.567	16,6
2 USA	181.104	12,7	2 Switzerland	92.787	7,5	2 China	303.273	11,4
3 Russia	143.880	10,1	3 Russia	89.100	7,2	3 Russia	232.980	8,7
4 Japan	78.104	5,5	4 China	71.757	5,8	4 Switzerland	169.487	6,4
5 Norway	76.841	5,4	5 Turkey	52.641	4,2	5 Japan	121.861	4,6
6 Switzerland	76.700	5,4	6 Japan	43.757	3,5	6 Norway	120.048	4,5
7 Turkey	46.867	3,3	7 Norway	43.207	3,5	7 Turkey	99.509	3,7
8 Korea	39.611	2,8	8 India	29.481	2,4	8 Korea	64.396	2,4
9 Brazil	32.661	2,3	9 United Arab Emir.	26.878	2,2	9 India	55.743	2,1
10 Libya	27.323	1,9	10 Canada	25.893	2,1	10 Brazil	53.940	2,0
11 India	26.262	1,8	11 Korea	24.785	2,0	11 Canada	49.178	1,8
12 Taiwan	26.007	1,8	12 Australia	22.709	1,8	12 South Africa	41.378	1,6
13 Canada	23.285	1,6	13 Ukraine	22.368	1,8	13 Taiwan	39.331	1,5
14 Algeria	21.173	1,5	14 Brazil	21.279	1,7	14 Singapore	38.969	1,5
15 South Africa	20.868	1,5	15 Mexico	20.927	1,7	15 Saudi Arabia	38.321	1,4
16 Singapore	18.323	1,3	16 Hong Kong	20.886	1,7	16 Ukraine	34.760	1,3
17 Saudi Arabia	18.236	1,3	17 Singapore	20.647	1,7	17 Australia	34.478	1,3
18 Malaysia	18.014	1,3	18 South Africa	20.511	1,7	18 WA_AO	34.255	1,3
19 Thailand	16.600	1,2	19 Saudi Arabia	20.086	1,6	19 Mexico	32.855	1,2
20 WA_AO	15.832	1,1	20 WA_AO	18.423	1,5	20 United Arab Emir.	32.562	1,2

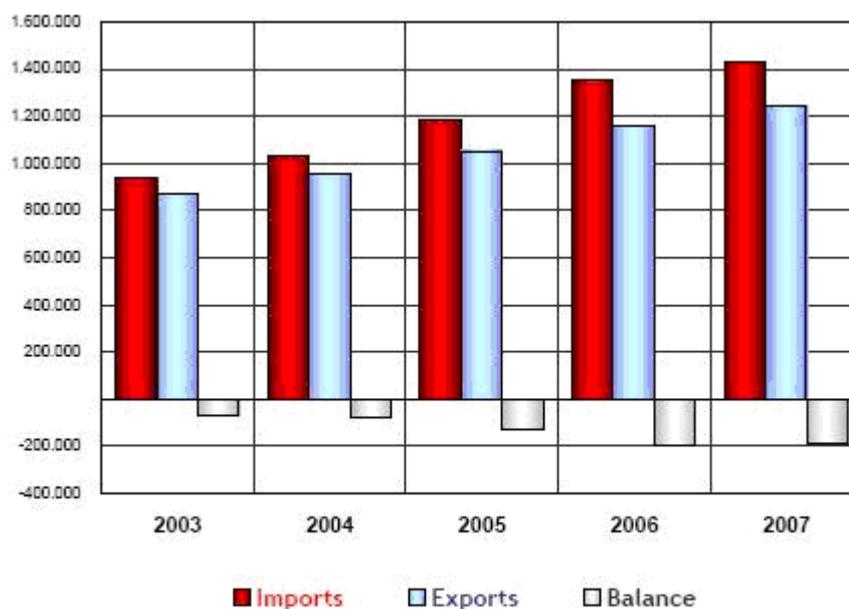
Fonte: http://ec.europa.eu/trade/index_en.htm

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DA UNIÃO EUROPÉIA PARA O MUNDO EM 2007 (MILHÕES).

IMPORTAÇÕES		EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES +EXPORTAÇÕES				
TOTAL (EURO)	%	TOTAL (EURO)	%	TOTAL (EURO)	%			
World	1.426.008	100,0	World	1.239.919	100,0	World	2.665.926	100,0
NAFTA	216.318	15,2	NAFTA	308.282	24,9	NAFTA	524.600	19,7
Latin America	88.810	6,2	Latin America	71.398	5,8	Latin America	160.207	6,0
EU Candidates	53.708	3,8	EU Candidates	67.987	5,5	EU Candidates	121.695	4,6
EFTA	157.286	11,0	EFTA	140.426	11,3	EFTA	297.712	11,2
Medit.Countries*	60.286	4,2	Medit.Countries*	66.964	5,4	Medit.Countries*	127.250	4,8
ASEAN	80.364	5,6	ASEAN	54.560	4,4	ASEAN	134.925	5,1

Fonte: http://ec.europa.eu/trade/index_en.htm

CORRENTE DE COMÉRCIO DA UNIÃO EUROPÉIA COM O MUNDO 2003 – 2007 (MILHÕES)



Fonte: http://ec.europa.eu/trade/index_en.htm

EXPORTAÇÕES DA UE PARA O MUNDO POR GRUPO DE PRODUTOS 2003- 2007. (MILHÕES)

	2003	%	2005	%	2007	%
TOTAL	869.236	100,0	1.052.720	100,0	1.239.919	100,0
Primary Products	103.421	11,9	135.180	12,8	172.882	13,9
<i>of which:</i>						
Agricultural prod.	58.451	6,7	63.080	6,0	72.713	5,9
Energy	27.410	3,2	45.871	4,4	62.499	5,0
Manuf. Products	747.333	86,0	887.509	84,3	888.727	71,7
<i>of which:</i>						
Machinery	244.423	28,1	304.982	29,0	263.651	21,3
Transport equipm	144.932	16,7	162.617	15,4	165.509	13,3
<i>of which:</i>						
Automotive prod.	92.375	10,6	104.860	10,0	104.220	8,4
Chemicals	141.103	16,2	164.852	15,7	188.979	15,2
Textiles and cloth.	30.579	3,5	31.838	3,0	33.703	2,7

Fonte: http://ec.europa.eu/trade/index_en.htm

3. Relações Comerciais entre o Brasil e a União Européia.

3.1 Evolução

As relações do Brasil com a Europa, enquanto bloco econômico, existem desde a criação da Comunidade Econômica Européia, em 1957.

A presença européia na formação e desenvolvimento do Brasil remonta um período de cinco séculos. Desde o descobrimento, os europeus constituem parte da formação do povo, da cultura, das tradições e do desenvolvimento econômico do Brasil. Portugueses, espanhóis e holandeses iniciaram um processo de influência e ocupação do Brasil que marcam vínculos da Europa com o Brasil desde seu descobrimento até sua formação como nação soberana e republicana.

Durante a segunda metade do século XX, a Europa ocidental e o Brasil compartilharam de posições semelhantes em vários temas da política internacional. Os europeus têm tradição de trabalhar na busca de compromissos duradouros e compartilham de uma mesma visão “civilizatória” com o Brasil.⁴⁴

Esse processo sempre foi marcado por um diálogo em ambiente cordial, porém, está longe de atingir as expectativas de brasileiros. A persistência e recorrência de alguns temas que provocam negociações longas e insolúveis na agenda dos dois atores têm se tornado um aborrecimento mútuo. Temas como agricultura e medidas não-tarifárias têm sido constante nas negociações.⁴⁵

Segundo Christian Lohbauer, uma das maiores dificuldades em tratar das relações do Brasil com a União Européia, na atualidade, é saber qual é o momento certo para se referir ao Brasil especificamente ou ao Mercosul.

Outro ponto importante é que diante da crescente interdependência das economias no mundo, são poucas as alternativas de alinhamento de negociação que restaram. E o Brasil ainda não direcionou claramente seus objetivos no sentido de uma inserção competitiva, portanto, a associação com a UE é o pilar mais importante dessa estratégia.

O processo de internacionalização, a nova lógica das cadeias produtivas e as negociações para determinação de novas regras no comércio mundial obrigam

⁴⁴ LOHBAUER, Christian. União Européia. São Paulo: Aduaneiras, 2002. P. 143

⁴⁵ LOHBAUER. Op. Cit. P. 144

o país a realizar alianças estratégicas que viabilizem sua inserção com autonomia e ao mesmo tempo em condições favoráveis de desenvolvimento e enriquecimento. O esforço do Brasil em lograr vantagens comerciais e aumento da competitividade para a conquista de novos mercados e posicionamento político mais ativo se dá em pelo menos quatro frentes sendo uma delas exatamente a União Européia.

A Europa, enquanto bloco econômico, é tradicionalmente o maior parceiro comercial do Brasil e do Mercosul, respectivamente. Ao tratar-se das relações do Brasil com a Europa, é inevitável mencionar as profundas relações que aproximam os povos europeus e latino-americanos desde sua origem. A presença européia no Brasil, em todas as esferas, não é só uma evidência como uma obviedade. O fato de se compartilhar valores comuns têm sido repetido, sistematicamente, por analistas. No entanto, no que se refere à ocupação dos mercados e volume de investimentos, observa-se que a presença européia no Brasil nos últimos anos tem sido mais reativa do que ativa em relação à ação norte-americana. As tentativas do Brasil em conquistar parte do mercado europeu têm sido uma seqüência de frustrações que dura mais de um quarto de século. O Brasil segue sendo fornecedor de produtos primários que em boa parte sofrem com medidas tarifárias e não-tarifárias adotadas pelos europeus. A demanda por acordos econômicos é alta, mas há uma grande dificuldade política que impede a dinamização do processo e a equiparação da velocidade política com a velocidade das transformações do cenário econômico. E não se pode negar que dos dois lados há grandes oportunidades a serem exploradas e aproveitadas.⁴⁶

Na verdade a percepção brasileira de criação da CEE foi de preocupação. Tendo em vista que junto da CEE vinha determinada a Política Agrícola Comum, que implicava um protecionismo agrícola e prejudicava diretamente a maior parte das exportações do Brasil, gerou insatisfação e repúdio por parte da diplomacia brasileira. Essa preocupação do departamento econômico do Itamaraty era com o fato de que o Brasil tinha a pauta exportadora limitada a produtos básicos.⁴⁷

Desde a criação da CEE, a UE sempre alegou ser uma alternativa distinta de ator internacional, contrastando com os Estados Unidos, pelo busca ao livre-comércio, acompanhado de uma “preocupação social” e solidariedade. As

⁴⁶ LOHBAUER. Op Cit. P. 146

⁴⁷ LOHBAUER. Op. Cit. P. 151

relações com a América Latina e com Brasil, foram marcadas por uma tentativa de promover o “modelo social” europeu, que contribuiu para uma série de projetos de ajuda para o desenvolvimento nas décadas de 70 e 80. E para os europeus ainda, a promoção do processo de integração regional no Mercosul seria um meio de solucionar, de uma vez só, todos os problemas como: meio ambiente, tráfico de drogas e desenvolvimento sustentável. Além disso, eles acreditam que essa integração contribui para a consolidação da democracia e do respeito aos direitos humanos da mesma maneira que ocorreu com seu próprio processo de integração.⁴⁸

É fato que o Brasil, assim como a União Européia, tem obrigações, responsabilidades e oportunidades que se estendem internacionalmente. Na visão da Comissão Européia, o Brasil pode contar com seu fortalecimento nacional e com uma influência política do Mercosul revigorado. Para deles, os dois blocos juntos podem construir foros multilaterais como as Nações Unidas e a OMC. A UE é inteiramente simpática ao processo de construção do Mercosul, porque ambos acreditam nos mesmos objetivos, ou seja, buscar a paz e prosperidade por meio da integração regional. Por isso, eles apóiam o Mercosul desde o seu início. E acreditam que esse é o caminho para se atingir uma integração global.⁴⁹

As relações UE - Brasil são baseadas no Acordo-Quadro de Cooperação assinado em 1992 e ratificado pelo Congresso brasileiro em maio de 1995. O Acordo define as áreas de cooperação, destacando a importância de uma maior proteção do meio ambiente, associada ao imperativo de um desenvolvimento econômico e social sustentado, e a necessidade de promover os direitos sociais, especialmente das populações desfavorecidas. O Acordo também registra o compromisso das Partes em conferir um novo impulso às suas relações e a fomentar o desenvolvimento da cooperação em matéria de comércio, investimentos, finanças e tecnologia, tendo em conta a situação especial do Brasil como país em desenvolvimento.

⁴⁸ LOHBAUER. Op Cit.. P. 176.

⁴⁹ A importância do Brasil para a UE. Disponível em: <http://www.delbra.ec.europa.eu/>. Acesso em: 13/10/2008.

É o que diz o art. 5º:

“As partes contratantes comprometem-se a promover, até ao nível mais elevado, o desenvolvimento e a diversificação das suas trocas comerciais, tendo em conta a respectiva situação económica e concedendo-se mutuamente as facilidades mais amplas possíveis”.⁵⁰

Outros documentos de base são o Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em 2004, e o Acordo-Quadro UE-Mercosul assinado em 1995, sendo o propósito deste último preparar uma associação inter-regional entre a UE e o Mercosul.

Como uma relação comercial internacional não se limita meramente a trocas de mercadorias, no caso das relações Brasil-UE, esse intercâmbio se estende à cooperação, que remete às características muito fortes dos europeus, que são extremamente engajados com causas sociais, nações menos favorecidas inclusive aquelas que estão fora do processo de globalização.

No que se refere ao Brasil, existe uma Comissão Europeia atuante no país, com sede em Brasília, que presta muitos serviços ao país no campo do desenvolvimento. A cooperação que a Comissão Europeia presta ao Brasil tem como eixo principal o desenvolvimento humano e enfatiza a promoção dos direitos sociais, económicos e o exercício da cidadania no país. No setor social, a Comissão Europeia procura facilitar e reforçar a ação das organizações locais, com vistas a melhorar, de forma duradoura, o nível e a qualidade de vida, bem como as perspectivas de desenvolvimento das populações desfavorecidas. Os projetos envolvem medidas e ações em diversas áreas, como, por exemplo, e formação e assistência técnica para a melhoria de condições de habitação e saneamento em regiões urbanas, prevenção no setor da saúde, programas de apoio à infância, promoção dos direitos humanos e fortalecimento institucional bem como desenvolvimento rural e geração de renda, dentre outras.⁵¹

⁵⁰ Acordo-quadro de Cooperação. Disponível em: http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/eu_and_country/acordobrasil.htm#Artigo5. Acesso em: 14/10/2008.

⁵¹ Comissão Europeia no Brasil. Disponível em: <http://www.delbra.ec.europa.eu/>. Acesso em: 14/10/2008.

Em maio de 2007, a UE recomendou o estabelecimento de uma parceria estratégica para aprofundar os laços com o Brasil. E o encontro realizado Brasil-UE, será aprofundado no próximo tópico desse trabalho.

3.2 O volume de comércio Brasil – UE.

Além de primeiro parceiro comercial, a União Européia é também o primeiro investidor estrangeiro no Brasil. Absorve cerca a maior parte das exportações brasileiras e é a fonte de 50% de todos os investimentos diretos estrangeiros no Brasil.

O comércio de bens entre ambos, tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Entre 2003 e 2006, as exportações do Brasil para a UE passaram de US\$ 18 milhões para US\$ 31 milhões. Enquanto as importações do Brasil passaram de US\$ 13 milhões para US\$ 20 milhões. O que representa um crescimento anual de 14,4 % no volume de comércio entre os dois. É o que mostra a tabela a seguir.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO COM A UNIÃO EUROPÉIA 2003 – 2006.

ANO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES	
	FOB (US\$ milhões)	PARTICIPAÇÃO (%)	FOB (US\$ milhões)	PARTICIPAÇÃO (%)
2003	18.816	25,70	13.053	27,01
2004	24.675	25,52	15.990	24,45
2005	27.039	22,81	18.235	24,78
2006	31.044	22,83	20.202	22,12

Fonte: SECEX.

Tabela elaborada pela autora.

Produtos industriais e bens de capital continuam sendo os principais componentes das exportações da UE, ao passo que o Brasil, com sua competência especialmente para produtos primários, exporta majoritariamente

produtos primários e importa dos europeus grande quantidade de maquinários e equipamentos de transporte, que corresponde a 39,4% do total de importações brasileiras.

A União Européia importa do Brasil um grande volume de comida e animais vivos, produtos manufaturados, maquinário e equipamentos de transporte, óleos minerais e lubrificantes. O que comprova que nos últimos anos, os produtos da pauta de exportação brasileira se diversificaram bastante.

OS 10 PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS EUROPEUS IMPORTADOS PELO BRASIL EM 2006.

PRODUTO	US\$ milhões
Reatores Nucleares, Caldeiras, Máquinas, etc., Mecânicos	4.924
Máquinas, Aparelhos e Material Elétricos, Suas Partes, etc.	1.953
Veículos Automóveis, Tratores, etc. Suas Partes/Acessórios	1.783
Produtos Químicos Orgânicos	1.505
Produtos Farmacêuticos	1.127
Instrumentos e Aparelhos de Óptica, Fotografia, etc.	1.003
Plásticos e Suas Obras	972
Aeronaves e Outros Aparelhos Aéreos, etc. e Suas Partes	549
Produtos Diversos das Indústrias Químicas	543
Obras de Ferro Fundido, Ferro ou Aço	515

Fonte: MDIC.

Tabela elaborada pela autora.

**OS 10 PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS
PARA A UNIÃO EUROPÉIA EM 2006.**

PRODUTO	US\$ milhões
Minérios, Escórias e Cinzas	2.958
Sementes e Frutos Oleaginosos, Grãos, Sementes, etc.	2.297
Reatores Nucleares, Caldeiras, Máquinas, etc., Mecânicos	2.220
Café, Chá, Mate e Especiarias	1.823
Carnes e Miudezas, Comestíveis	1.777
Resíduos e Desperdícios das Indústrias Alimentares, etc.	1.691
Ferro Fundido, Ferro e Aço	1.625
Combustíveis Minerais, Óleos Minerais, etc. Ceras Minerais	1.354
Veículos Automóveis, Tratores, etc. Suas Partes/Acessórios	1.181
Pastas de Madeira ou Matérias Fibrosas Celulosísticas, etc.	1.108

Fonte: MDIC

Tabela elaborada pela autora.

Essa diversificação pode ser explicada pelas feiras internacionais realizadas constantemente em países da Europa. Desde então as empresas brasileiras enfrentam o desafio de exportar produtos de alta tecnológica e valor agregado. Os artigos modernos, de padrão tecnológico mais elevado do que a média das exportações do país vêm ganhando espaço crescente.

Depois de uma série de participações em feiras como a alemã Medica, em Dusseldorf, e na Expodental italiana, em Milão, as empresas do setor ganharam prestígio e passaram a equipar uma quantidade maior de laboratórios, UTI's e consultórios odontológicos em países do Leste Europeu. A aceitação que os equipamentos brasileiros tiveram animou os exportadores a traçar uma meta ambiciosa. Até 2010 a entidade da Associação Brasileira de Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo) desenvolveu um Programa Setorial Integrado – batizado de *Brazilian Medical and*

Dental Devices – que deverá atingir um volume anual de exportações superior a US\$ 870 milhões. Isso equivale a mais ou menos 1% do mercado mundial desses equipamentos.⁵²

Ao Brasil tem sido aplicado esquemas e recursos protecionistas principalmente na área agrícola, onde há um maior potencial competitivo e exportador. E o protecionismo da Política Agrícola Comum, que não se restringe as exportações brasileiras para a Comunidade Européia, afeta igualmente as vendas brasileiras em terceiros mercados mundiais de produtos temperados e tropicais.⁵³ Outro problema que o Brasil enfrenta é com relação aos subsídios agrícolas que a UE fornece, na expectativa de facilitar a participação dos exportadores ou produtores no mercado internacional. É exatamente o que provoca distorções nos preços de produtos brasileiros.

A expectativa do setor agropecuário é que haja uma redução do protecionismo. Embora ainda sem a conclusão das negociações da Rodada de Doha, no âmbito da OMC, as propostas para os três pilares básicos da União Européia – acesso a mercados, apoio doméstico e competitividade das exportações – demonstram uma tendência à redução. A recente reforma da Política Agrícola Comum, trouxe mudanças na concessão dos subsídios, com objetivo de reduzir o excedente produtivo exportável, sem afetar a renda dos agricultores.⁵⁴

Os investimentos europeus no país aumentaram consideravelmente nos últimos anos. Enquanto destino do investimento estrangeiro, o Brasil ultrapassa potências como China, Rússia e Índia. Esse é um sinal importante de que eles estão de olho no potencial brasileiro e que as relações entre eles tende a aumentar.

Para a União Européia é interessante negociar com o Brasil, visto que eles o definem como parceiro estratégico, ator econômico de primeiro plano na América Latina e líder regional. Por esses fatores, essa aproximação e essa parceria Brasil - União Européia é considerada estratégica.

No início de 2007, a UE apresentou suas estratégias para as relações bilaterais com o Brasil entre o período que vai de 2007 a 2013. O documento foi

⁵² APEX-Brasil, Passaporte para o mundo. São Paulo: Nobel, 2006. P. 156.

⁵³ GRIECO, Francisco de Assis. O Brasil e a Nova Geopolítica Européia. São Paulo, Aduaneiras. P. 167.

⁵⁴ Perspectivas e desafios para o Agronegócio em 2008. Disponível em: www.cna.org.br. Acesso em: 14/10/2008.

elaborado pela Comissão Europeia e para fundamentá-lo, a Comissão caracterizou o Brasil como motor econômico na América do Sul.

No primeiro encontro entre os chefes de Estado (cimeira), realizado em Lisboa, em julho de 2007, entre o Brasil e UE, as partes tiveram a oportunidade de dialogar sobre vários temas de interesse mundial, regional e bilateral, tendo acordado em reforçar as relações bilaterais de longa data. No que se aplica a alargamento e aprofundamento das relações econômicas e comerciais, ficou decidido que :

“Tanto a EU como o Brasil acreditam que, uma maior liberalização do comércio e a facilitação dos fluxos de investimento, promoverão o crescimento econômico e a prosperidade dos seus povos. Reafirmam o seu forte empenhamento na rápida conclusão na Rodada de Doha para o Desenvolvimento da OMC. Reiteram também o seu empenhamento em alcançar um acordo ambicioso, global e equilibrado que permita cumprir os objetivos de Doha em termos de desenvolvimento, incentive de modo significativo os fluxos comerciais a nível da agricultura, dos bens industriais e dos serviços entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e promova a instituição de regras comerciais eficazes.

Ambas as partes estão seriamente empenhadas na conclusão do Acordo de Associação UE-Mercosul, que contribuirá para intensificar os fluxos comerciais e de investimento entre ambas as regiões, e estão convictos de que a celebração de acordos regionais no domínio do comércio constitui um importante complemento do sistema comercial multilateral.”⁵⁵

⁵⁵ Cimeira Brasil – União Europeia. Disponível em: www.eurocid.pt. Acesso em: 14/10/08.

4. Conclusão

Nos últimos anos, o Brasil vem experimentando um novo tipo de relacionamento com seu principal parceiro comercial. Essa nova relação inclui o Brasil no mapa político da União Européia, o que pode definir novos rumos e perspectivas para essa relação comercial.

O mundo hoje é multilateral, onde cada vez mais é comum que países se aproximem e formem alianças, porque nenhum país, por maior que seja, pode vencer isoladamente os desafios globais que se colocam constantemente na realidade atual. Mas em caso de declínio das negociações multilaterais haverá um espaço cada vez maior para a proliferação de acordos bilaterais de comércio, enfraquecendo o sistema multilateral. E como os 27 membros do bloco europeu falam por uma voz só, tais acordos entre Brasil e União Européia são considerados bilaterais, ainda que envolvam inúmeros países.

Nesse mundo cada vez mais interdependente, uma maior aproximação entre um líder regional como o Brasil e a União Européia, referida como o modelo de integração regional, é não só desejável como benéfica para todas as partes e para o desenvolvimento em geral.

A Rodada de Doha nas negociações da OMC, onde as grandes potências começaram a discutir o futuro do comércio no mundo, em 2001, é considerada o principal elemento do comércio mundial, porque visa diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo, com foco no livre comércio para países em desenvolvimento. As conversações centram-se na separação entre países ricos, desenvolvidos e os maiores países em desenvolvimento, como o Brasil, representados pelo G20. E a previsão para o encerramento era 2004, mas isso não foi possível, porque países desenvolvidos e em desenvolvimento vêm encontrando dificuldade em fechar um acordo.

Os subsídios agrícolas são o principal tema de controvérsia nas negociações, que até hoje não foram concluídas, e a intenção declarada desde o início era tornar as regras de comércio mais livres, principalmente para os países em desenvolvimento. A polêmica gira em torno de quanto os países ricos aceitam remover suas barreiras às exportações agrícolas dos países pobres e

também o quanto as nações em desenvolvimento aceitam abrir seus mercados para bens manufaturados e serviços.

Depois da seqüência de fracassos, havia muita esperança para o encontro de Genebra, em julho de 2008. A expectativa do governo brasileiro era de que a questão do protecionismo e subsídios agrícolas da Europa e dos Estados Unidos fosse resolvida por meio de um acordo, mesmo que pequeno, e a rodada fosse concluída ainda esse ano, então essa reunião era considerada decisiva.

Em meio a uma onda positiva e tendência para o fechamento de um acordo, houve mais uma paralisação devido às divergências sobre o nível de abertura em setores de interesse de países ricos e pobres. Enquanto potências em desenvolvimento almejam uma maior abertura no setor agrícola, o grupo dos países desenvolvidos pressiona por maior abertura nos setores de indústria e serviços e o problema principal é que o livre comércio em agricultura tem se mostrado mais difícil de ser negociado do que em bens manufaturados. E então a rodada de 2008 também foi ao fracasso.

Para que o Brasil e a União Européia possam estar, de fato, mais próximos, é de extrema importância que haja a redução das barreiras tarifárias que prejudicam o Brasil e os produtos brasileiros no mercado, com vistas a permitir um maior inter-relacionamento de ambas as economias. É preciso que ambos identifiquem medidas para viabilizar a facilitação do comércio e que conseqüentemente haja o aumento efetivo do relacionamento econômico bilateral.

Diante do insucesso de Doha em 2008, a saída para o Brasil, como potência em desenvolvimento, é optar pelas negociações bilaterais tanto com a União Européia quanto com os demais países, já que não se sabe ainda quando acontecerá uma próxima rodada de negociações no âmbito multilateral.

Para vários países, inclusive para o Brasil, o acesso aos mercados europeus constituiria a maior contribuição da União Européia ao desenvolvimento deles, porque o protecionismo penaliza uma expressiva parcela do comércio exterior brasileiro e demais países, produzindo distorções nos preços. A política européia é, portanto, contraditória, já que os europeus pregam a abertura econômica, competição leal e a livre concorrência, mas simplesmente não a praticam. É exatamente por essa razão que o Brasil vem participado ativamente das negociações na OMC e vem ganhando destaque pela atuação.

O fato de o Brasil não atingir a meta de firmar acordos de redução tarifária com outros países nem com a União Européia pode prejudicar sua posição no comércio. Enquanto isso, as reformas nas políticas agrícolas, tal como a européia PAC, vêm sendo substituídas por outros tipos de protecionismos, entre eles as exigências de inúmeros tipos de certificações.⁵⁶ Cabe ressaltar que eventuais acordos comerciais que a União Européia possa realizar com outros países que não o Brasil, acarretará em desvio do comércio para produtos brasileiros, não só na Europa, mas também nos países com os quais os acordos venham a ser firmados.⁵⁷

O Brasil almeja que aconteça uma nova reunião o quanto antes para tentar fechar um acordo na Rodada de Doha ainda este ano. O chanceler brasileiro Celso Amorim sugeriu que a reunião fosse marcada para o início do mês de dezembro de 2008. Essa urgência pode ser explicada também pela possibilidade do posicionamento político do próximo presidente dos Estados Unidos representar uma ameaça ao projeto do grupo do G-20, o grupo dos vinte países em desenvolvimento, em fechar um acordo e finalizar a rodada.⁵⁸

A liberalização do comércio e aproximação entre as partes traz benefícios imediatos para os setores europeus de bens de consumo e de capital, automóveis e serviços. Além disso, as empresas européias podem aproveitar para atuar em mercados multinacionais, já que os países do Mercosul garantem acesso aos mercados de alimentos e *agrobusiness*, mesmo que o processo de liberalização total demore a se concretizar.

Apesar de todos os entraves que existem nas relações comerciais Brasil-UE, a importância que a UE representa para o Brasil está fundamentada no fato de que ela é uma alternativa para que o país possa ampliar sua autonomia política e comercial.

O volume de negócio entre ambos vem crescendo e o Brasil e já está entre os dez maiores parceiros do bloco.⁵⁹ Segundo o MDIC, em 2006, o país terminou o ano na posição de 12º maior fornecedor europeu e passou para 9º em 2007. O Brasil também se tornou o décimo maior destino dos produtos europeus, com 6,2

⁵⁶ Perspectivas e desafios para o Agronegócio em 2008. Disponível em: www.cna.org.br. Acesso em: 14/10/2008.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Jornal Folha do Estado de São Paulo. Edição do dia 12/10/2008.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1190>. Acesso em 18/10/2008.

bilhões, ante 5,6 bilhões nos quatro primeiros meses de 2007, um crescimento de 11%, a quinta maior taxa e bem acima da expansão média das exportações européias no mundo, de 4%.

O fato de os europeus lançarem esse olhar para a América do Sul, prioritariamente para o Brasil, pode ser explicado por se tratar de um mercado naturalmente atrativo para empresas de qualquer país, em virtude do tamanho da população brasileira e do elevado potencial de consumo, comparável ao de alguns grandes mercados mundiais.

A Europa vê o Brasil como um ator que está desempenhando um papel fundamental nos processos de integração regional da América do Sul e do Mercosul, em especial o que potencia as relações entre Europa e o continente sul-americano. Além disso, ambos compartilham valores e opiniões em diversos assuntos internacionais importantes desde os primórdios das suas relações.

Não há como negar que dos dois lados existem grandes oportunidades para serem exploradas. Portanto, é fundamental que as partes saibam conduzir as relações e o diálogo, de modo que não só o comércio entre eles seja vantajoso. E que se conquiste o bem-estar do maior número de indivíduos possível, visto a importância e influência que eles dispõem perante a sociedade internacional, transcendendo as relações econômico-comerciais e alcançando o debate de temas imprescindíveis a nível global. E, finalmente, que tanto as nações desenvolvidas, quanto as subdesenvolvidas tenham oportunidades mais igualitárias, para que tenhamos um modelo comércio internacional cada vez mais justo.

REFERÊNCIAS

Livros:

KEEDI, Samir. *ABC do Comércio Exterior*. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2005

LOHBAUER, Christian. *O Brasil, o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma relação complementar*. In: JÚNIOR, Alberto do Amaral; RATTON, Michelle. (Orgs). União Européia. São Paulo, Aduaneiras, 2002.

LOHBAUER, Christian. *União Européia*. São Paulo: Aduaneiras, 2002;

LINS, Carlos Eduardo. *A política externa Brasileira em perspectiva: segurança, comércio e relações bilaterais*. São Paulo: ADUANEIRAS, 2006.

MAIA, Jayme Mariz de. *Economia Internacional e Comércio Exterior*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARINHO, Mônica Romero Monteiro & PIRES, Jovelino de Gomes. *Comércio Exterior Teoria X Prática no Brasil*. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

PESTANA, Augusto Souto. *A importância da União Européia para a política mundial*. In: JÚNIOR, Alberto Amaral & RATTON, Michelle. (Orgs).

RIOS, Sandra. *Comércio e Integração*. In: MARCONINI, Mário. (Organizador). São Paulo: Aduaneiras, 2006.

SALVATORE, Dominick. *Economia Internacional*. 6ª ed. São Paulo: LTC, 2000.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. *A política externa brasileira em perspectivas*. In: MARCONINI, Mário. (Organizador). São Paulo: Aduaneiras, 2006.

Web sites:

A UE em revista. Disponível em:

<http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_6/index_pt.htm>. Acesso em: 28/09/2008.

Brazil Trade Net. Como exportar – União Européia. Disponível em:

<<http://www.braziltradenet.gov.br>>. Acesso em: 02/10/2008.

Como exportar para a UE. Disponível em:

<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n6/amb_econ_comoexportar.pdf>. Acesso em 02/10/2008.

Comissão Européia. A Política Agrícola Comum (PAC). Disponível em:

<http://ec.europa.eu/trade/index_en.htm>. Acesso em: 02/10/2008.

Delegação da Comissão Européia no Brasil. A estrutura da União Européia.

Disponível em: <<http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/index.asp>>. Acesso em 02/10/2008.

Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>.

Acesso em: 13/10/2008.

O desafio da Europa aos 50 anos. Disponível em:

<<http://nelsonfrancojobim.blogspot.com>>. Acesso em 28/09/2008

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. A Política Agrícola Comum.

<<http://pt.wikipedia.org>>. Disponível: 02/10/2008.

WTO (World Trade Organization). Country Profile: European Union. Disponível

em: <<http://www.wto.org>> Acesso em: 15/10/2008.

Jornais:

Folha do Estado de São Paulo. O Brasil e as negociações no âmbito da OMC. Edição do dia 12/10/2008.